

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

A CONSTRUÇÃO CIENTÍFICA DA INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO A PARTIR DOS SEUS TRÊS COMPONENTES: PRECISÃO, CONSISTÊNCIA E CONFIABILIDADE

THE SCIENTIFIC CONSTRUCTION OF THE INFORMATION INTEGRITY BASED ON ITS THREE COMPONENTS: ACCURACY, CONSISTENCY AND RELIABILITY

Carlos Alberto Ávila Araújo – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: a ideia de integridade da informação é uma proposta surgida nos últimos anos, no âmbito de instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas e o G20, grupo das vinte maiores economias mundiais, como uma estratégia de combate aos efeitos nocivos da desinformação e fenômenos correlatos. Porém ela ainda não é um conceito científico estabelecido. O objetivo deste trabalho é contribuir na fundamentação da ideia de integridade da informação enquanto um conceito científico, a partir de quatro discussões conceituais. A primeira é a sistematização dos conceitos relacionados com a desinformação. A segunda é a construção de uma concepção de informação como ação. A terceira é uma aproximação dessa concepção à teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas. Por fim, busca-se analisar os três componentes da integridade da informação (precisão, consistência e confiabilidade) à luz da teoria habermasiana. Conclui-se que a perspectiva da integridade da informação permite identificar a complexidade, os diferentes níveis e dimensões da desinformação e fenômenos correlatos em um único e abrangente quadro explicativo.

Palavras-chave: integridade da informação; desinformação; teoria da ação comunicativa.

Abstract: the idea of information integrity has emerged in recent years within multilateral institutions such as the United Nations and the G20, a group of the world's twenty largest economies, as a strategy to combat the harmful effects of disinformation and related phenomena. However, it is not yet an established scientific concept. The objective of this work is to contribute to the foundation of the idea of information integrity as a scientific concept, based on four conceptual discussions. The first is the systematization of concepts related to disinformation. The second is the construction of a conception of information as action. The third is an approximation of this conception to Jurgen Habermas's theory of communicative action. Finally, the article seeks to analyze the three components of information integrity (accuracy, consistency, and reliability) in light of Habermasian theory. The conclusion is that the perspective of information integrity allows us to identify the complexity, different levels, and dimensions of disinformation and related phenomena within a single, comprehensive explanatory framework.

Keywords: information integrity; disinformation; theory of communicative action.

1 INTRODUÇÃO

A proposta de integridade da informação como ação de combate à desinformação e fenômenos correlatos surgiu em 2023, no âmbito de instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o G20, um fórum composto pelos países que possuem as vinte maiores economias do mundo. Diversos documentos oficiais foram produzidos desde então, buscando definir o termo, apresentar suas características e elementos e traçar linhas de ação de diferentes atores envolvidos com tais questões. Contudo, tais documentos ressaltam que ainda não se trata de um conceito estabelecido e, inclusive, lançam convites para que a comunidade científica atue na busca por uma fundamentação do conceito. O presente artigo se insere nessa perspectiva, buscando discutir um dos elementos apresentados em tais documentos: os chamados três componentes básicos da integridade da informação - a precisão, a consistência e a confiabilidade. Em muitos documentos, eles são mencionados, mas não há um aprofundamento da discussão sobre o significado de cada um deles.

Este artigo se desenvolve em quatro momentos. Num primeiro momento, são apresentadas algumas sínteses sobre as pesquisas atuais sobre desinformação e fenômenos correlatos. A seguir, constata-se que a informação vem sendo compreendida, cada vez mais, como uma ação, no escopo da ciência da informação. A partir dessa constatação, busca-se na teoria da ação comunicativa de Habermas elementos que permitam estabelecer relações entre os três componentes da integridade da informação. Por fim, são realizadas discussões específicas sobre cada um desses componentes, de forma a avançar em sua compreensão. Após esses quatro movimentos, são feitas considerações sobre possíveis avanços que podem ser obtidos a partir da aplicação da ideia de integridade da informação para a compreensão do quadro informacional contemporâneo, marcado pela desinformação.

2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO

A proposta da integridade da informação, conforme Santos (2024), ganhou destaque no mundo em junho de 2023, quando foi publicado o documento “Our Common Agenda: Policy Brief 8”, pela ONU. A mesma autora aponta que a temática foi desenvolvida em dois documentos anteriores, “Strategic Guidance on Information Integrity: Forging a Pathway to Truth, Resilience and Trust”, produzido pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud), e “Protecting Information Integrity: National and International Policy Options”,

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

produzido pelo Club de Madrid. Conforme a autora, em 2024 outras duas etapas importantes aconteceram para consolidar a proposta da integridade da informação: a assinatura do Pacto Digital Global e a consolidação dos cinco princípios globais da integridade da informação, pela ONU, no documento “United Nations Global Principles for Information Integrity: Recommendations for Multi-stakeholder Action”.

Outro organismo internacional multilateral envolvido com a integridade da informação é o G20. No dia 20 de setembro de 2023, foi lançada por este grupo a Declaração Global sobre Integridade da Informação Online. Nos dias 30 de abril e 01 de maio de 2024, ocorreu um evento paralelo do G20 com o tema “Integridade da informação e confiança no ambiente digital”. O tema também esteve presente na 19ª Reunião de Cúpula do G20, que ocorreu nos dias 18 e 19 de novembro de 2024. Ainda em 2024, o G20 publicou o documento “Possible Approaches to Promoting Information Integrity and Trust in the Digital Environment”.

Esses documentos apresentam uma série de pontos comuns em relação à definição de integridade da informação. Em primeiro lugar, o uso da expressão “poluição da informação”, para enfatizar o fato de que um ecossistema de informação não se torna corrosivo apenas com a propagação de desinformação, mas, também, pela ação de discursos de ódio, teorias da conspiração, informações distorcidas e outros fenômenos. Em segundo lugar, o entendimento de que a desinformação não ocorre apenas por meio de conteúdo falso, mas também pela falsificação de elementos de conteúdos verdadeiros, tais como a autoria, a data, o canal de divulgação e o contexto. Em terceiro lugar, o fato de que a desinformação não existe apenas no conteúdo de mensagens ou na intencionalidade dos produtores, mas ela se manifesta nos fluxos da informação, nos diferentes regimes de informação que articulam aspectos políticos, econômicos, tecnológicos, sociais, entre outros. Por fim, a constatação de que há diferentes atores relacionados com o problema, tais como governos, legislativos, meios de comunicação de massa, empresas de tecnologia digital, entre outras.

Contudo, em todas essas iniciativas e documentos, percebe-se ainda uma lacuna. Todos mencionam o que chamam de os três componentes básicos da integridade da informação – precisão, consistência e confiabilidade. Mas pouco se desenvolve sobre eles. Algumas vezes, inclusive, esses três termos são tomados quase como sinônimos. É em relação a essa lacuna que este texto pretende trazer uma contribuição, justamente a partir da constatação de um paradoxo: os três termos são muito destacados nos documentos da ONU e do G20 mas, ao mesmo tempo, não estão bem definidos nestes textos.

3 A PESQUISA SOBRE DESINFORMAÇÃO E FENÔMENOS CORRELATOS

A ideia de integridade da informação nasceu para combater os efeitos nocivos da poluição informacional, isto é, da desinformação e fenômenos correlatos como os discursos de ódio. Assim, é importante, para embasar o que é a integridade da informação, entender os fenômenos que ela visa combater. Muitas pesquisas vêm sendo desenvolvidas sobre desinformação e fenômenos correlatos nos últimos anos, especialmente após 2016, e muito se avançou em sua compreensão (Wardle; Derakhshan, 2017). Muitas são as iniciativas de sistematizar tais compreensões. Em Araújo (2024) há a apresentação de três delas.

A primeira sistematização identificada em Araújo (2024) é a diferenciação dos conceitos usados para descrever a realidade informacional contemporânea, utilizando como critério os conceitos de autoridade cognitiva de Patrick Wilson e de sistemas peritos de Anthony Giddens. Nesse tipo de sistematização são divididos, de um lado, os fenômenos que buscam se aproveitar da legitimidade das autoridades cognitivas (*as fake news, a fake science* e os *clickbait*) para difundir informações falsas e, de outro lado, os que buscam destruir essa legitimidade (tais como os testemunhais falsos, as teorias da conspiração e os discursos de ódio).

Uma segunda sistematização identificada por Araújo (2024) é a que se deu a partir dos modelos ou paradigmas da Ciência da Informação. Por meio dela, foram identificados os três níveis de realização dos fenômenos: a) físico (lógica dos algoritmos dos motores de busca e redes sociais que entregam para os usuários conteúdos sobre os mesmos assuntos e pontos de vista, favorecendo o chamado efeito bolha); b) cognitivo (em que os vieses cognitivos conduzem os usuários na preferência por determinadas informações que confirmem suas preferências e preconceitos, e os fazem descartar conteúdos que entram em conflito com tais preferências e preconceitos); c) social (em que se verifica uma cultura ou regime de pós-verdade, isto é, de desdém, de desvalorização da verdade nas ações de apropriação e compartilhamento de informações).

Por fim, Araújo (2024) identificou uma terceira sistematização, a partir dos modelos teóricos das ciências sociais. Tendo como referência a sistematização promovida por Burrell e Morgan (1979), e iniciada na Ciência da Informação por Ilharco (2003), foram identificadas quatro dimensões para os fenômenos informacionais atuais: a) enquanto disfunção, doença, poluição da informação, causada por disfunções dos sistemas e plataformas de informação;

b) enquanto forma contemporânea de ideologia e poder, causada por atores interessados na desinformação; c) enquanto construção cotidiana dos sujeitos, por meio de suas valorações e mecanismos de fixação de crenças; e d) enquanto condição de alienação dos sujeitos, ou maior ou menor compreensão sobre as dimensões de poder envolvidas na desinformação.

Tais sistematizações evidenciam o quadro fragmentado em que se encontra a compreensão do fenômeno, o que tem causado soluções parciais e desconectadas, tais como promoção de checagem de fatos, diferentes tipos de letramento (midiático, informacional, científico), propostas de regulação das plataformas digitais, mecanismos de responsabilização, promoção de espaços de denúncia, entre outros. A proposta da integridade da informação tem como um de seus objetivos justamente promover um grande quadro compreensivo dos diferentes aspectos e níveis da desinformação como forma de proporcionar também o diálogo e unificação das ações de combate aos seus efeitos nocivos.

4 DEFINIÇÃO DE INFORMAÇÃO COMO AÇÃO

A ciência da informação surgiu na década de 1960. Ao longo dos anos, é possível verificar que a definição do que é seu objeto de estudo foi se alterando. Saracevic (1999), por exemplo, identifica três grandes conceitos de informação na área: a) um sentido restrito (informação considerada como sinais ou mensagens, envolvendo pouco ou nenhum processamento cognitivo); b) um sentido amplo (informação como algo que envolve um processamento cognitivo e uma compreensão, isto é, como resultante da interação da mente dos sujeitos e as mensagens ou sinais); c) um sentido ainda mais amplo, em que a informação é vista como algo ligado a uma tarefa ou ação desempenhada por um sujeito e a um contexto no qual essa ação acontece.

A sistematização por paradigmas promovida por Capurro (2003), na qual são identificados três grandes conceitos de informação, é semelhante. O autor identifica três modelos: a) físico, isto é, uma materialidade que é enviada de um emissor para um receptor; b) cognitivo, relacionada com a medida em que uma determinada mensagem altera a estrutura cognitiva de alguém; c) social ou pragmática, isto é, constituída socialmente no decurso das ações dos sujeitos de maneira reciprocamente referenciada – ou seja, no âmbito da intersubjetividade.

Também Saläun e Arsenault (2009) identificam três grandes conceitos de informação. São eles: a) como forma ou sinal, uma materialidade legível, isto é, perceptível pelos sujeitos;

b) como o conteúdo de um sinal, como texto, ou seja, algo da ordem do inteligível, do que pode ser interpretado e compreendido; c) como meio, ou seja, como uma forma de relacionamento, algo que tem uma dimensão social, relacionado com as interações dos sujeitos e o uso dos conteúdos nessas interações.

Poderiam ser mencionados muitos outros exemplos. Para os limites deste texto, é suficiente se ater a esses três e identificar algo em comum neles: a ideia de que a informação foi, inicialmente, entendida como uma propriedade objetiva, um conteúdo objetivo dos documentos; depois, como um atributo subjetivo, isto é, uma alteração cognitiva nos sujeitos a partir da interação com o conteúdo objetivo; e, por fim, como algo ligado à ação humana, à construção humana das linhas de ação e de interação e à própria construção do social.

A ideia de informação como ação aponta para a necessidade de se discutir o conceito de ação. Existem muitas teorias da ação nas ciências humanas e sociais, como as de Weber (1979) e de Arendt (1995). Mas, neste artigo, optou-se por utilizar a teoria da ação comunicativa de Habermas (2012), formulada em 1981, como um possível fundamento para se discutir a integridade da informação.

5 A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS

De uma forma muito geral, pode-se dizer que o objetivo da teoria da ação comunicativa é analisar a crise da modernidade a partir da constatação de que a racionalidade econômica e burocrática estaria invadindo a esfera do mundo da vida, a colonizando. Para Habermas, essa forma de racionalidade não seria adequada para o mundo social vivido, conduzindo à perda de liberdade e de sentido. Como solução, ele propõe a ideia de agir comunicativo, uma forma de ação orientada para o entendimento.

Antes de apresentar o conceito de agir comunicativo, Habermas (2012) constrói um quadro no qual identifica três formas de ação. A primeira é o agir teleológico. Trata-se de um tipo de ação orientada para uma finalidade, ou seja, que tem como alvo a realização de um objetivo. Se trata de um tipo de ação que tem também uma natureza cognitiva, isto é, pressupõe a compreensão de uma realidade objetiva, externa ao sujeito, que servirá de base para alcançar os objetivos propostos. O conhecimento dessa realidade objetiva pode ser mais ou menos rigoroso – de toda forma, ele impõe à ação dos sujeitos a condição de verdade.

A segunda forma é o agir normativo. Ele se relaciona com um tipo de ação orientada para determinados valores comuns, compartilhados entre um grupo de pessoas ao qual o

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

sujeito da ação pertence. Em um grupo social, espera-se que as normas de convivência sejam obedecidas por todos os seus membros. Essa ação tem uma natureza intersubjetiva, relacionada à correção moral dos sujeitos, isto é, à adequação às normas.

A terceira forma é o agir dramaturgico, em que a ação é uma forma de representação (ou autorrepresentação) dos sujeitos, isto é, uma expressão diante de um público. Essa ação tem uma referência subjetiva, isto é, se trata de um ato que implica o sujeito produtor do ato e as circunstâncias em que isso acontece, o contexto. Esse tipo de ação supõe, assim, a sinceridade, a autenticidade como elemento constituinte.

Habermas (2012) apresenta, a seguir, o agir comunicativo, que é voltado para o entendimento entre sujeitos capazes de falar e de agir. De certa forma, ele integra os três anteriores, já que, na ação comunicativa, há referências ao mundo objetivo, ao mundo intersubjetivo e ao mundo subjetivo. Conforme Davidson (2001), essas são as três dimensões fundamentais do conhecimento e da ação humana: a objetiva, a intersubjetiva e a subjetiva.

Contudo, de acordo com Habermas (2012), na interação comunicativa, a validade de cada uma dessas referências pode ser contestada pelos interlocutores. Por esse motivo, o autor apresenta o que chama de quatro pretensões de validade. A primeira delas, a inteligibilidade, seria na verdade pressuposto das demais. As outras três se relacionam diretamente com os três tipos de ação apresentados pelo autor. O agir teleológico tem uma pretensão de verdade, isto é, uma correção ou adequação àquilo que o mundo é. O agir normativo tem uma pretensão de correção, isto é, de adequação às normas de um grupo. Por fim, o agir dramaturgico ou expressivo tem uma pretensão de veracidade, ou seja, busca ser autêntico, representante verdadeiro da identidade e das pretensões dos sujeitos.

Os três componentes da integridade da informação podem ser analisados em relação direta com os três tipos de ação identificados por Habermas, o que permite que essa teoria seja usada para a construção da integridade da informação como conceito científico.

6 OS TRÊS COMPONENTES DA INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO

Neste tópico, serão desenvolvidas análises sobre cada um dos três componentes básicos da integridade da informação, utilizando-se os elementos da teoria da ação comunicativa.

6.1 Precisão

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

O primeiro elemento da integridade da informação é a precisão. Ela diz respeito ao mundo objetivo, isto é, à realidade que tem uma existência independente da nossa vontade. Essa realidade é da ordem da contingência. Algumas vezes, o termo usado para descrever esse elemento é acurácia – o que significa a ideia de que pode haver uma maior ou menor precisão de determinado conteúdo em relação ao real. Esse elemento evoca uma natureza cognitiva da informação: a informação faz referência a um mundo que tem uma existência independente dos sujeitos, e existem diferentes formas de se fazer essa referência, com maior ou menor precisão. É a dimensão da informação como conhecimento. É também o que Arendt (1995) chama de realidade factual, conforme aproximação feita por Brotas (2024).

Wilson (1983) apresenta duas formas de conhecimento: o conhecimento em primeira mão e o conhecimento em segunda mão. O conhecimento de primeira mão é baseado na experiência direta do sujeito, enquanto o de segunda mão é baseado na experiência de outrem. Em relação a essa segunda forma, Wilson introduz a ideia de autoridade cognitiva (ou autoridade epistêmica) para identificar determinados atores dotados de credibilidade em relação a determinados assuntos. Essa credibilidade é construída no seio das interações humanas, resultando no fato de determinados sujeitos adquirirem credibilidade e influência em uma determinada esfera de ação da vida humana.

González de Gómez (2007) parte desse conceito para discutir a qualidade, a credibilidade e a acurácia da informação. Ela recorre a Fallis (2004), que, assim como Wilson, identifica que grande parte do conhecimento que temos do mundo vem da experiência dos outros, e não de nossa experiência direta. Por isso, ela propõe uma epistemologia do testemunho, isto é, a análise de como o testemunho de uma outra pessoa ou instituição pode adquirir autoridade e legitimidade.

Mesmo quando uma informação é proveniente de uma pessoa ou instituição tida como autoridade cognitiva, ela pode ser falsa, inexata, distorcida ou fraudulenta. O poder de verdade de um testemunho tem relação com as evidências e fatos do mundo e com os modos de obtenção dessas evidências, que são o que garante a confiabilidade desse testemunho. As autoridades cognitivas podem estar ligadas a instituições. Elas não são apenas as fontes de informação (a autoria). As autoridades cognitivas são constituídas também pelos procedimentos adotados para se gerar seu conteúdo, pela sua reputação (comportamentos passados e histórico de confiabilidade), pela existência ou não de interesses ou vieses, pela sua concordância com outras autoridades ou fontes de informação, entre outros aspectos.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Entre as várias autoridades cognitivas existentes, nas sociedades contemporâneas, destaca-se a ciência (Fuller, 1998). Algumas formas de conhecimento são cotidianas, intuitivas, espontâneas, imediatas, necessárias em face das situações vividas. Já o conhecimento científico é produto de um trabalho sistemático de pesquisa e estudo, menos imediato, que procura tomar certa distância do vivido, comprometido com a busca permanente do conhecimento objetivo, fidedigno, aprofundado e sistemático da realidade.

Isso não significa que outras formas de conhecimento não possam proporcionar conhecimentos adequados sobre a realidade – mas, sim, que o compromisso com os fatos não é o seu objetivo final. A experiência religiosa, por exemplo, tem um compromisso maior com um conjunto de princípios revelados a partir de uma transcendência; a experiência artística é uma forma que busca sugerir mais do que afirmar, justamente para provocar atitudes, reflexões e sensações nos sujeitos; o senso comum muitas vezes busca consolidar tradições.

Assim, a precisão tem relação direta com os conceitos de desinformação que a veem como ações que disseminam deliberadamente informações falsas, com o intuito de enganar ou confundir público-alvo específico para causar percepções enganosas da realidade e, assim, induzir a tomada de decisões embasadas em erro.

6.2 Consistência

O segundo elemento da integridade da informação é a consistência. Ela diz respeito ao mundo intersubjetivo, isto é, à ligação entre uma ação e os objetivos aos quais ela se propõe. Está pressuposta nesse elemento a ideia de que a informação não é apenas algo ligado à emissão de mensagens, mas é uma forma de agir no mundo e, ao mesmo tempo, construir esse mundo. A consistência diz respeito à realidade não como contingência, como algo que independe dos sujeitos. Ela se refere ao contrário disso, ao mundo que se quer construir, ao mundo necessário, considerando as demandas dos atores e sujeitos que vivem nele.

Os objetivos dos diferentes sujeitos não são os mesmos, existem interesses diferentes e, muitas vezes, contraditórios. É por isso que, em alguns dos documentos relativos à integridade da informação, esse elemento, ao se referir aos ambientes de informação, recebe a denominação “equilíbrio”: a ideia de que os diferentes interesses devem ser apresentados e contemplados em busca de sínteses que sejam as melhores para todos.

O elemento central desse componente é o caráter normativo, isto é, a construção de normas para conduzir as ações humanas. É o que Arendt (1995) chama de verdade racional,

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

isto é, aquela que é construída pelos sujeitos – o mundo que os sujeitos querem, isto é, que depende da ação e da vontade deles. Isso remete à discussão sobre a origem das normas e o grau de conscientização dos sujeitos sobre sua natureza arbitrária e negociada. É a dimensão da informação como cultura.

Ao apresentar os processos de gênese e conscientização das normas, Freitag (1993) aponta que três autores clássicos (Weber, Piaget e Durkheim) estudaram as normas, a partir de ângulos diferentes.

A autora identifica inicialmente que Weber, em sua obra “Economia e sociedade”, de 1921, apresentou três tipos de comportamentos que são regulamentados socialmente. O primeiro deles é o uso, um modo de regulamentação dos comportamentos por meio de uma repetição inconsciente de determinadas ações. O segundo é a tradição, que ocorre quando essa repetição passa a fazer parte de uma longa vivência, tornando-se hábito. Nesse caso, a herança dos antepassados passa a ser uma prescrição para a ação futura, e ocorre uma relativa tomada de consciência, por parte dos atores, dessas regularidades dos comportamentos passados. O terceiro tipo é a convenção. Neste caso, surge nos sujeitos a consciência de que as normas podem ser produzidas de maneira intencional, de que elas são o produto da ação dos sujeitos – e não produto da vontade divina ou de alguma força transcendental. Freitag destaca que, na abordagem de Weber, a regulação dos comportamentos parte de um nível inconsciente e irrefletido, havendo depois uma tomada de consciência gradativa das normas por parte dos atores.

Freitag (1993) identifica uma segunda possibilidade de análise das normas, a partir de uma visão psicogenética, cujo marco é a obra de Piaget “O juízo moral na criança”, de 1932. Piaget identifica quatro estágios do desenvolvimento moral da criança: pré-moral, moralidade heterônoma, intermediário e autonomia moral. No primeiro, a criança não conhece as regras sociais e age no mundo de forma relativamente inconsciente, sem compreender ou aceitar as regras. No segundo, a criança compreende as normas como existentes nelas mesmas, externas à sua consciência e à sua vontade. No terceiro, a criança deixa de obedecer rigidamente à norma, observando-a em situações específicas e a interpretando. No estágio final, a criança reconhece o caráter consensual da norma, percebe que sua necessidade decorre da relação com o outro e vê que sua validade é condicionada pelo respeito recíproco das partes – o que significa que a norma pode ser renegociada.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Ainda conforme Freitag, Durkheim, em sua obra “Educação moral”, de 1925, teria conseguido demonstrar a integração desses dois processos. Para ele, a norma só tem poder coercitivo e vigência quando é aceita e seguida pelos membros da sociedade. Durkheim enfatiza o reconhecimento da validade e necessidade da norma, apontando que uma sociedade sem normas cai no estado de anomia, e um indivíduo desintegrado de seu grupo se torna associal. São autônomos os sujeitos que reconhecem a necessidade e a validade das normas e, de maneira voluntária, se sujeitam a ela.

Freitag então correlaciona as três teorias para evidenciar que, em primeiro lugar, as normas nascem tanto de uma dinâmica social que se coloca sobre os indivíduos como partem dos indivíduos que ativamente a constroem. Além disso, as normas não são dadas, não são algo imutável, são dinâmicas, negociáveis entre as partes. São, também, espaços de autonomia dos sujeitos, de democracia e, ao mesmo tempo, políticos, pois pressupõem a necessidade de regulamentar a convivência das pessoas.

Em sua discussão sobre consciência moral e agir comunicativo, Habermas (2012) também recorre aos três autores mencionados por Freitag, mas seu ponto de partida é outro: trata-se da teoria do desenvolvimento da consciência moral de Kohlberg, que identifica a existência de três níveis e seis estágios – com cada nível possuindo dois estágios.

O primeiro nível é o pré-convencional, em que há o estágio do castigo e da obediência (obediência literal à autoridade para evitar o castigo) e o estágio de objetivo instrumental individual e da troca (seguir as regras para atender os próprios interesses).

O segundo nível é o convencional, no qual há o terceiro estágio, das expectativas interpessoais mútuas (quando se reconhece que os outros também têm interesses) e o quarto, preservação do sistema social e da consciência (quando se busca cumprir o dever na sociedade para manter o bem-estar dela).

O terceiro nível é o pós-convencional ou baseado em princípios. Nele, as decisões dos sujeitos se dão a partir de valores e princípios com os quais todos os indivíduos de uma sociedade concordam. Fazem parte dele o quinto estágio, dos direitos originários e do contrato social (quando se busca sustentar os direitos, valores e contratos de uma sociedade) e o sexto, dos princípios éticos universais (no qual se pressupõe a existência de princípios universais, que toda a humanidade deveria seguir).

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

É importante ressaltar que Kohlberg entende a passagem de um estágio para o outro como um aprendizado. Habermas relaciona os seis estágios do juízo moral de Kohlberg com os discursos e atos comunicativos dos sujeitos, para embasar sua teoria da ação comunicativa.

Aplicando essa discussão aos vários momentos, na história, em que se buscou um conjunto multilateral de normas universais, merece destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, bem como tratados internacionais como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Mais recentemente, destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma coleção de 17 metas globais, estabelecidas pela Assembleia Geral da ONU envolvendo questões como pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global e igualdade de gênero, entre outras.

6.3 Confiabilidade

Por fim, o terceiro elemento da integridade da informação é a confiabilidade. Ela diz respeito à dimensão subjetiva da informação, isto é, ao produtor de determinada mensagem, à completude do conteúdo dessa mensagem, e aos elementos que a compõem: o canal de sua veiculação, a data e o contexto em que ela foi produzida. Diferente dos dois primeiros elementos, que fazem relação com o mundo objetivo dos fatos ou o mundo intersubjetivo dos valores, aqui a referência é o próprio documento, o próprio conteúdo informacional – ela se refere à verdade do documento.

Esse elemento tem relação com a ideia de que é preciso garantir que aquilo que está sendo apresentado como parte de uma ação de informação (com determinado autor, determinada data, determinado conteúdo) seja, realmente, aquilo que diz ser – ou seja, não está se fazendo passar por uma outra coisa. É por isso que, em alguns documentos sobre integridade da informação, a expressão utilizada para esse atributo é “autenticidade”, isto é, o fato de que cada um dos elementos que compõem a informação é verdadeiro com relação à própria informação. Trata-se da ideia de verdade, não a verdade do mundo, mas a verdade do documento, tal como ele foi produzido. Ela se opõe, assim, à ideia de falsificação, de adulteração, de alguma alteração fraudulenta. Em alguns documentos, também é usado um outro termo para designar esse atributo, a palavra “completude”. Ela é usada no mesmo

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

sentido que confiabilidade, isto é, de preservação dos elementos que compõem determinado registro. Ele se refere àquilo que está inteiro, que não sofreu alteração, quebra ou distorção, isto é, que foi preservado tal qual produzido por seu autor e veiculado por determinado canal. É a ideia de informação como comunicação.

Thompson (1995) usa o termo “formas simbólicas” para designar uma ampla gama de produtos especificamente humanos (ações, objetos, expressões) que são significativos, isto é, que envolvem uma ação criadora relacionada à capacidade simbólica. E ele apresenta cinco aspectos que compõem essas formas simbólicas, isto é, que estão envolvidos em sua constituição, em sua própria forma de existência.

O primeiro é o aspecto intencional, isto é, o fato de que essas formas simbólicas são expressões de um sujeito. Assim, por meio delas, um sujeito está buscando certos objetivos ou propósitos, e a produção de informação (no caso, de formas simbólicas) é uma ação desse sujeito. O segundo é o aspecto convencional, que se refere ao fato de que tanto a produção quanto a interpretação das formas simbólicas envolvem a aplicação de determinadas regras, códigos e convenções. Essas regras podem ser linguísticas, de gênero, de gosto, de estilo, entre outras. O terceiro é o estrutural, relacionado com o fato de que as formas simbólicas possuem uma determinada estrutura articulada, são compostas por elementos que se relacionam uns com os outros – o que, comumente, se chama de conteúdo. Elas são compostas por determinadas palavras, imagens, sons, por uma organização deles no espaço e/ou no tempo, em sequências e hierarquias. O quarto aspecto é o referencial, isto é, o fato de que as formas simbólicas representam algo, apontam para algo fora delas que pode ser objetos, pessoas, situações. O quinto é o aspecto contextual, que tem relação com o fato de as formas simbólicas estarem sempre inseridas em contextos sócio-históricos específicos, e em função dos quais são produzidas, circulam e são interpretadas.

Em sua discussão, Thompson deixa claro que o significado das formas simbólicas não está contido em um ou outro destes cinco aspectos. O significado não equivale à intenção do produtor, à convenção na qual se encaixa, à estrutura interna das mensagens, aos objetos aos quais faz referência nem ao seu contexto. O significado é complexo, ele é da ordem da interação de todos esses elementos que atuam juntos para a completude de um ato de informação ou, nos termos do autor, de comunicação. E é por esse motivo que a alteração ou falsificação de qualquer um deles compromete a sua completude e, por consequência, a sua integridade.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Especificamente em relação a esse componente, deve-se ressaltar a ameaça das *deep fakes*, isto é, as falsidades profundas: conteúdos falsos produzidas com alto grau de sofisticação (por exemplo, inteligência artificial usada para gerar imagens, áudios ou vídeos fraudulentos, com adulteração de elementos preexistentes, de forma a fazer pessoas acreditarem na existência de algo que não ocorreu).

7 OS COMPONENTES DA INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO E O CONCEITO DE INFORMAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, como apontado no tópico 4 deste texto, foi se consolidando um entendimento da informação como ação no âmbito da ciência da informação. Isso significa que a informação não se restringe a um conteúdo inscrito em documentos, ou à alteração do estado de conhecimento dos sujeitos. Ela é uma ação, é um processo a partir do qual os sujeitos conhecem o mundo e se colocam nele, isto é, constroem o mundo em que vivem. A informação é uma capacidade humana, que pode ser utilizada para a construção de civilizações, democracias, sistemas de saúde, de educação e muitas outras instituições.

Assim, desinformação, discursos de ódio, *fake news* e teorias conspiratórias podem ser entendidas como ações que degradam, fraudam, atrapalham e corroem o mundo coletivo construído pelos sujeitos. E, no conjunto de estudos sobre desinformação e integridade da informação, um entendimento da informação como ação tem se mostrado útil para identificar diferentes dimensões, níveis, aspectos e toda a complexidade dos processos envolvidos.

O conceito de integridade da informação, com seus três componentes analisados neste texto, permite identificar a informação como conhecimento, como cultura e como comunicação. Por esse motivo, mostra-se adequado para integrar, num único modelo explicativo, os três níveis e as quatro dimensões da desinformação identificadas no tópico 3 deste texto. Ao mesmo tempo, entender a integridade da informação na perspectiva da informação como ação é remeter à capacidade humana de conhecer e experimentar o mundo, gerar registros desses conhecimentos e experiência e os disponibilizar para outras pessoas. Ou seja, a informação é ao mesmo tempo conhecimento do mundo, construção da cultura e atividade de comunicação, de interação com outros sujeitos por meio de mensagens.

Esse potencial da ação de informação para a construção de acordos e negociações, de conhecimentos mais rigorosos, de construção de civilizações de promoção da justiça, entre outros, aproxima-se da proposta de esfera pública desenvolvida por Habermas, isto é, um

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

espaço em que os diferentes atores sociais, usando a razão e o discurso, apresentam suas ideias e deliberam juntos sobre o que é melhor para todos. Esse conceito foi desenvolvido em 1962. Sessenta anos depois, o autor o atualizou para o atual cenário em que a esfera pública se dá, em grande parte, no ambiente digital (Habermas, 2023).

Pensando a partir dessa noção, é possível ver que a desinformação e os fenômenos correlatos representam usos corrosivos, violentos e irracionais da informação. Isso ocorre não apenas no âmbito de informações falsas, mas também da promoção do engano e da fraude (em que algo se passa pelo que não é), e, também, no âmbito dos valores humanos, que podem ser inclusivos e igualitários ou racistas, supremacistas, excludentes. Todos os potenciais da informação podem (e estão sendo) sequestrados por grupos políticos, econômicos, religiosos, militares e outros na promoção da desinformação.

A ideia de integridade da informação insere na ação informacional três dimensões: o conhecimento do real, os valores que devem guiar nossas ações, e a necessidade de segurança em relação às informações que acessamos. A informação como ação dos sujeitos no mundo significa, portanto: a) a produção de determinados documentos em determinadas condições (cuja autenticidade pode ser verificada); b) a ação de se referir ao mundo, testemunhar fatos do mundo e disponibilizar tais testemunhos para que outros tomem decisões (sendo que a adequabilidade aos fatos da realidade pode ser verificada); c) uma ação de construção do mundo, de definição dos valores e normas que devem guiar os comportamentos das pessoas (e cuja consistência pode ser avaliada em termos dos interesses dos diferentes atores).

Evidenciar todos esses aspectos em um único quadro de referência pode ser uma das grandes contribuições da proposta da integridade da informação e, ao mesmo tempo, elemento de sua fundamentação enquanto um conceito científico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. Dinâmicas da desinformação. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, n. 3, p. 31-52, 2024. Número especial: CIIBERCID. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/14005>. Acesso em: 20 mai. 2025.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BROTAS, C. M. C. Reflexões acerca das narrativas disseminadas pela extrema direita contemporânea a partir de Hannah Arendt. **Logeion**, v. 11, n. 1, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/7071>. Acesso em: 20 maio 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANCIB, 2003.

DAVIDSON, D. **Subjective, intersubjective, objective**. New York: Oxford, 2001.

FALLIS, D. On Verifying the Accuracy of Information: Philosophical Perspectives. **Library Trends**, [s. l.], v. 52, n. 3, p. 463-487. 2004.

FREITAG, B. A norma social: gênese e conscientização. *In*: SOUSA JÚNIOR, J. G. (org.). **Introdução crítica ao direito**. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

FULLER, S. **Social epistemology: science, technology and society**. Bloomington: Indiana University, 1988.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas configurações do conhecimento e a validade da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/view/2733/1861>. Acesso em: 20 maio 2025.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, J. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2023.

ILHARCO, F. **Filosofia da informação**. Lisboa: Ed. Universidade Católica, 2003.

SALAÛN, J. M.; ARSENAULT, C. **Introduction aux sciences de l'information**. Montreal: Presses de l'Université de Montréal, 2009.

SANTOS, N. **Integridade da informação: uma agenda em disputa**. Salvador: Aláfia Lab; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2024.

SARACEVIC, T. Information science. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

WILSON, P. **Second-Hand Knowledge**: an inquiry into cognitive authority. Westport, Conn: Greenwood. 1983.